

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	132.267	-
Arrendamentos reconhecidos no aporte via drop down (i)	-	255.846
Remensuração de contratos	13.274	-
Ajuste a valor presente reconhecido	-	(125.827)
Juros reconhecidos no exercício	11.025	2.303
Pagamentos efetuados	(11.718)	(55)
Saldo final	144.848	132.267
Circulante	4.297	5.547
Não circulante	140.551	126.720

(i) Valores assumidos pelo drop-down de ativos e passivos da Belém Bioenergia S.A. (nota explicativa nº 17).
A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com o saldo de 31 de dezembro de 2020:

	2020	2019
2021	-	18.805
2022	14.830	18.805
2023	14.428	18.805
2024	14.228	18.805
2025	14.228	18.805
Mais de 5 anos	169.120	146.991
	226.834	241.016
Ajuste a valor presente	(87.460)	(114.296)
Saldo passivo de arrendamento	139.374	126.720

22. Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstra-

ções financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

a) Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma

	Ativos		Passivos		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ajuste do valor justo do ativo biológico	-	-	8.433	4.628	3.805	4.628
Depreciação acelerada	-	-	4.451	-	4.451	-
Arrendamentos	-	-	1.197	-	1.197	-
Outros	-	-	915	-	915	-
	-	-	14.996	4.628	10.368	4.628

b) Conciliação de IR/CS entre alíquota nominal e fiscal

	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	98.703	11.891
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição à alíquota nominal:	(33.559)	(4.043)
Adições e exclusões temporárias e permanentes	23.191	(585)
	(10.368)	(4.628)
Alíquota efetiva	11%	39%

O prejuízo fiscal de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$923 (R\$193 em 31 de dezembro de 2019).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA EXECUTIVA	
Hugo Felipe Gomes Pereira Conselheiro	Goncalo Judice Pargana Antunes Barrada Conselheiro	Danúbio Ilo Saraiva de Sousa Diretor Presidente/Agroindustrial	Antonio Lourinho da Silva Gerente Financeiro
Ricardo Greenhalgh Barreto Neto Presidente do Conselho de Administração	Ana Lúcia de Almeida Hugo Braga Conselheira	Eduardo Gonçalves Pereira Júnior Diretor Administrativo/Financeiro e Comercial	Contador - CRC-PA 009157/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores
Tauá Brasil Palma S.A.
Belém - PA

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Tauá Brasil Palma S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operan-

do, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Goiânia, 26 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

Protocolo: 641754

